ORIGINAL DA PASTA
94
Após o uso, favor devolver

ECLÉA BOSI

MEMÓRIA E SOCIEDADE

Lembranças de velhos

12ª edição

COMPANHIA DAS LETRAS

INTRODUÇÃO

Este é um estudo sobre memórias de velhos. Para obtê-las, entrevistei longamente pessoas que tinham em comum a idade, superior a setenta anos, e um espaço social dominante em suas vidas: a cidade de São Paulo.

Não se trata de uma obra com proposta de amostragem: o intuito que me levou a empreendê-la foi registrar a voz e, através dela, a vida e o pensamento de seres que já trabalharam por seus contemporâneos e por nós. Este registro alcança uma memória pessoal que, como se buscará mostrar, é também uma memória social, familiar e grupal. Desde sua concepção o trabalho situava-se, portanto, naquela fronteira em que se cruzam os modos de ser do indivíduo e da sua cultura: fronteira que é um dos temas centrais da psicologia social.

Não é preciso dizer que o motivo da pesquisa foi explicado com toda clareza ao sujeito, e que ele sempre teve autoridade sobre o registro de suas lembranças e consciência de sua obra.

Não dispomos de nenhum documento de confronto dos fatos relatados que pudesse servir de modelo, a partir do qual se analisassem distorções e lacunas. Os livros de história que registram esses fatos são também um ponto de vista, uma versão do acontecido, não raro desmentidos por outros livros com outros pontos de vista. A veracidade do narrador não nos preocupou: com certeza seus erros e lapsos são menos graves em suas conseqüências que as omissões da história oficial. Nosso interesse está *no que foi lembrado*, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de sua vida. Recolhi aquela "evocação em disciplina" que chamei de memória-trabalho.

O principal esteio do meu método de abordagem foi a formação de um vínculo de amizade e confiança com os recordadores. Esse vínculo não traduz apenas uma simpatia espontânea que se foi desenvol-

vendo durante a pesquisa, mas resulta de um amadurecimento de quem deseja compreender a própria vida revelada do sujeito.

Roman Jakobson refletirá que a observação mais completa dos fenômenos é a do observador participante. Uma pesquisa é um compromisso afetivo, um trabalho ombro a ombro com o sujeito da pesquisa. E ela será tanto mais válida se o observador não fizer excursões saltuárias na situação do observado, mas participar de sua vida. A expressão "observador participante" pode dar origem a interpretações apressadas. Não basta a simpatia (sentimento fácil) pelo objeto da pesquisa, é preciso que nasça uma compreensão sedimentada no trabalho comum, na convivência, nas condições de vida muito semelhantes. Não bastaria trabalhar alguns meses numa linha de montagem para conhecer a condição operária. O observador participante dessa condição por algum tempo tem, a qualquer momento, possibilidade de voltar para sua classe, se a situação tornar-se difícil.

Segundo Jacques Loew, em *Journal d'une mission ouvrière*, é preciso que se forme uma *comunidade de destino* para que se alcance a compreensão plena de uma dada condição humana. *Comunidade de destino* já exclui, pela sua própria enunciação, as visitas ocasionais ou estágios temporários no *locus* da pesquisa. Significa sofrer de maneira irreversível, sem possibilidade de retorno à antiga condição, o destino dos sujeitos observados.

O presente estudo sobre a memória se edificou naturalmente e sem nenhum mérito de minha parte sobre uma comunidade de destino — o envelhecimento — de que participamos, sujeito e objeto da pesquisa. Sei que a expressão "objeto da pesquisa" pode repugnar aos que trabalham com ciências humanas, se essa objetividade é entendida como tratar o sujeito à maneira de coisa, como redução de suas qualidades individuais para torná-lo objeto compatível com o método experimental. Nesta pesquisa fomos ao mesmo tempo sujeito e objeto. Sujeito enquanto indagávamos, procurávamos saber. Objeto quando ouvíamos, registrávamos, sendo como que um instrumento de receber e transmitir a memória de alguém, um meio de que esse alguém se valia para transmitir suas lembranças.

Gostaria que se compreendessem os limites que os narradores encontraram. Faltou-lhes a liberdade de quem escreve diante de uma página em branco e que pode apurar, retocar, refazer. Suas memórias contadas oralmente foram transcritas tal como colhidas no fluxo de sua voz.

E eles encontraram também os limites de seu corpo, instrumento de comunicação às vezes deficitário. Quando a memória amadurece e se extravasa lúcida, é através de um corpo alquebrado: dedos trêmulos, espinha torta, coração acelerado, dentes falhos, urina solta, a cegueira, a ânsia, a surdez, as cicatrizes, a íris apagada, as lágrimas incoercíveis.

Se as lembranças às vezes afloram ou emergem, quase sempre são uma tarefa, uma paciente reconstituição. Há no sujeito plena consciência de que está realizando uma tarefa:

"Eu ainda guardo isso para ter uma memória viva de alguma coisa que possa servir alguém". (d. Brites)

"Veja, hoje a minha voz está mais forte que ontem, já não me canso a todo instante. Parece que estou rejuvenescendo enquanto recordo." (sr. Ariosto)

Essa tarefa é um auto-aperfeiçoamento, uma reconquista:

"Agradeço por estar recordando e burilando meu espírito." (d. Risoleta)

A memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento. Freqüentemente, as mais vivas recordações afloravam depois da entrevista, na hora do cafezinho, na escada, no jardim, ou na despedida no portão. Muitas passagens não foram registradas, foram contadas em confiança, como confidências. Continuando a escutar ouviríamos outro tanto e ainda mais. Lembrança puxa lembrança e seria preciso um escutador infinito.

Para enfrentar a tarefa de entendimento das narrativas vali-me de autores que centraram na memória suas reflexões, como Bergson, Halbwachs, Bartlett, Stern, tendo me ajudado também a obra de fôlego que Simone de Beauvoir dedicou à velhice e as análises que Benjamin fez do processo narrativo.

A estrutura da obra tem algo de funil: começo pela reflexão mais geral sobre o fenômeno da memória em si, passo a marcar o seu nexo íntimo com a vida social (capítulo 1); procuro entender a função da memória na velhice (capítulo 2); transcrevo, em seguida, o resultado das entrevistas com os oito sujeitos (capítulo 3); para, enfim, comentar os resultados e segurar alguns dos fios teóricos desenrolados desde o princípio do trabalho (capítulo 4).

Talvez deva insistir em duas negativas para delimitar bem o âmbito da obra: não pretendi escrever uma obra sobre *memória*, tampouco sobre *velhice*. Fiquei na intersecção dessas realidades: colhi memórias de velhos.

1

MEMÓRIA-SONHO E MEMÓRIA-TRABALHO

BERGSON, OU A CONSERVAÇÃO DO PASSADO

Henri Bergson abre o primeiro capítulo de *Matière et mémoire* dizendo que vai fingir, por um momento, nada conhecer das teorias da matéria e das teorias do espírito, e nada das discussões sobre a realidade ou a idealidade do mundo exterior.[1]

Seria uma agradável tentação retomar, aqui, a mesma proposta: ignorar tudo quanto a psicologia tem dito, em seus mais de cem anos de vida científica oficial, sobre a memória e suas relações com o psiquismo e a sociedade. Entretanto, não pretendo ceder a essa tentação; não completamente, ao menos: e para começar este estudo de psicologia da memória, valho-me precisamente daquele filósofo da vida psicológica que motivou estas linhas — Henri Bergson, o autor de *Matière et mémoire*.[2] As observações de Bergson a propósito da natureza e das funções da memória só podem ser avaliadas com a devida justeza quando postas em relação com o contexto da sua obra filosófica, em que se interpenetram e se iluminam mutuamente os conceitos de "memória", "tempo", "devir", "*élan* vital", "energia". Não cabe desenvolvê-los neste trabalho, cujo alvo específico é a análise de *memórias* de mulheres e homens idosos e que, portanto, pressupõe a existência de um *estofo social da memória*, tomado em si, independentemente do conceito filosófico mais geral que se possa ter da atividade mnêmica.

Assim sendo, o que nos interessa em Bergson é a rica fenomenologia da lembrança que ele persegue em sua obra, bem como uma série de distinções de caráter analítico, extremamente sugestivas e cuja adequação podemos comprovar ao longo das narrativas registradas na segunda parte do nosso trabalho. Além disso, *Matière et mémoire*, pela originalidade tantas vezes polêmica das suas proposições, constitui

o centro dos debates sobre tempo e memória, provocando reações que ajudaram a psicologia social a repensar os liames sutis que unen a lembrança à consciência atual e, por extensão, a lembrança ao corpo de idéias e representações que se chama, hoje, correntemente, "ideologia".

AÇÃO E REPRESENTAÇÃO

A posição introspectiva de Bergson em face do seu tema leva-o a começar a indagação pela auto-análise voltada para a experiência da percepção: *O que percebo em mim quando vejo as imagens do presente ou evoco as do passado?* Percebo, em todos os casos, que cada imagem formada em mim está mediada pela imagem, sempre presente, do meu corpo. O sentimento difuso da própria corporeidade é constante e convive, no interior da vida psicológica, com a percepção do meio físico ou social que circunda o sujeito. Bergson observa, também, que esse presente *contínuo* se manifesta, na maioria das vezes, por movimentos que definem ações e reações do corpo sobre o seu ambiente. Está estabelecido, desse modo, o nexo entre *imagem do corpo* e *ação*.

Nem sempre, contudo, as sensações levadas ao cérebro são restituídas por este aos nervos e aos músculos que efetuam os movimentos do corpo, as suas ações. Nem sempre se cumpre o percurso de ida e volta pelo qual os estímulos externos chegam, pelos nervos aferentes, à central do cérebro, e desta voltam, pelos eferentes, à periferia do corpo. Quando o trajeto é só de ida, isto é, quando a imagem suscitada no cérebro permanece nele, "parando", ou "durando", teríamos, não mais o esquema *imagem-cérebro-ação*, mas o esquema *imagem-cérebro-representação*. O primeiro esquema é motor. O segundo é perceptivo. A percepção e, ainda mais profundamente, a consciência, derivam, para Bergson, de um processo inibidor realizado no centro do sistema nervoso; processo pelo qual o estímulo *não* conduz à ação respectiva.[3] Apesar da diferença entre o processo que leva à ação e o processo que leva à percepção, um e outro dependem, fundamentalmente, de um esquema corporal que vive sempre no momento atual, imediato, e se realimenta desse mesmo presente em que se move o corpo em sua relação com o ambiente.

É rica de conseqüências essa concepção da percepção como um resultado de estímulos "não devolvidos" ao mundo exterior sob forma de ação. Em primeiro lugar: a percepção aparece como um intervalo entre ações e reações do organismo; algo como um "vazio" que se povoa de imagens as quais, trabalhadas, assumirão a qualidade de signos da consciência. Em segundo lugar: o sistema nervoso central perde toda função produtora das percepções (tal qual a teria em um esquema biológico determinista) para assumir apenas o papel de um *condutor*, no esquema da ação, ou de um *bloqueador*, no esquema da consciência. A percepção difere da ação assim como a reflexão da luz sobre um espelho diferiria da sua passagem através de um corpo transparente.

Enfim, ação e representação estariam ligadas ao esquema geral corpo-ambiente: positivamente, a ação; negativamente, a representação. Nas palavras de Bergson: "[...] o corpo, interposto entre os objetos que agem sobre ele e os que ele influencia, não é mais que um condutor, encarregado de recolher os movimentos, e de transmiti-los, quando não os detém, a certos mecanismos motores, determinados se a ação é reflexa, escolhidos se a ação é voluntária".[4]

No caso da "parada", em que o estímulo não determina a reação motora, abre-se a possibilidade (essencial, para o pensamento de Bergson) da indeterminação, graças à qual o pensamento "puro" é mais complexo e matizado do que a imagem resolvida imediatamente em ações: "A margem de independência de que dispõe um ser vivo, ou, como diríamos, a zona de indeterminação que envolve a sua atividade permite, pois, avaliar *a priori* o número que seja essa relação, qualquer que seja a natureza íntima da percepção, pode-se afirmar que a amplitude de percepção mede exatamente a indeterminação de ação consecutiva e, em conseqüência, enunciar esta lei: *A percepção dispõe do espaço na exata proporção em que a ação dispõe do tempo*".[5]

Há um momento, porém, em que o discurso de Bergson sobre ação e percepção precisa enfrentar o problema da passagem do tempo. Se é verdade que cada ato perceptual é um ato presente, uma relação atual do organismo com o ambiente, é também verdade que cada ato de percepção é um novo ato. Ora, "novo" supõe que antes dele aconteceram outras experiências, outros movimentos, outros estados do psiquismo.

Como enfrentar o problema da vida psicológica já atualizada se, em termos de percepção pura, só existe o presente do corpo, ou, mais rigorosamente, a imagem aqui e agora do corpo? Formulando a questão no contexto de razões acima, Bergson vai opor vigorosamente a *percepção atual* àquilo que, logo adiante, chamará de *lembrança*.

É importante frisar esse ponto, que será o nó das objeções que lhe faria a psicologia social de Maurice Halbwachs: para Bergson, o universo das lembranças não se constitui do mesmo modo que o universo das percepções e das idéias. Todo o esforço científico e especulativo de Bergson está centrado no princípio da diferença: de um lado, o par percepção-idéia, par nascido no coração de um presente corporal contínuo; de outro, o fenômeno da lembrança, cujo aparecimento é descrito e explicado por outros meios. Essa oposição entre o perceber e o lembrar é o eixo do livro, que já traz no título o selo da diferença: matéria/memória.

O "CONE" DA MEMÓRIA

Vejamos, mais de perto, como surge no texto de Bergson a primeira alusão ao fenômeno da lembrança (*souvenir*).

O discurso do pensador está-se interrogando sobre a passagem da percepção das coisas para o nível da consciência. A certa altura, introduz a reflexão seguinte: "Na realidade, não há percepção que não esteja impregnada de lembranças".[6] Com essa frase, adensa-se e enriquece-se o que até então parecia bastante simples: a percepção como o mero resultado de uma interação de ambiente com o sistema nervoso. Um outro dado entra no jogo perceptivo: a lembrança que "impregna" as representações.

Como se pode introduzir esse outro dado fora do esquema *estímulo-cérebro-representação*? Não há outro modo de sair do impasse senão recorrendo ao pressuposto de uma conservação subliminar, subconsciente, de toda a vida psicológica já transcorrida. Somos tentados, na esteira de Bergson, a pensar na etimologia do verbo. "Lembrar-se", em francês *se souvenir*, significaria um movimento de "vir" "de baixo": *sous-venir*, vir à tona o que estava submerso. Esse afloramento do passado combina-se com o processo corporal e presente da percepção: "Aos dados imediatos e presentes dos nossos sentidos nós misturamos milhares de pormenores da nossa experiência passada. Quase sempre essas lembranças deslocam nossas percepções reais, das quais retemos então apenas algumas indicações, meros 'signos' destinados a evocar antigas imagens".[7]

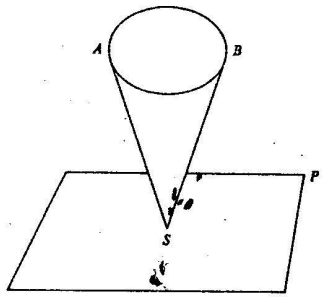
Com a última afirmação, começa-se a atribuir à memória uma função decisiva no processo psicológico total: a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo "atual" das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, "desloca" estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora.

Em outro texto Bergson dirá das lembranças que estão na cola das percepções atuais, "como a sombra junto ao corpo".[8] A memória seria o "lado subjetivo de nosso conhecimento das coisas".[9]

Entrando em cena a lembrança, já não se pode falar apenas de "percepção pura". Seria necessário distinguir, como o faz Bergson, entre esta última e a outra, mais rica e mais viva, que ele denomina "percepção concreta e complexa", na verdade a única real, pois a percepção pura do presente, sem sombra nenhuma de memória, seria antes um conceito-limite do que uma experiência corrente de cada um de nós.

Ao contrário, o que o método introspectivo de Bergson sugere é o fato da *conservação* dos estados psíquicos já vividos; conservação que nos permite escolher entre as alternativas que um novo estímulo pode oferecer. A memória teria uma função prática de limitar a indeterminação (do pensamento e da ação) e de levar o sujeito a reproduzir formas de comportamento que já deram certo. Mais uma vez: a percepção concreta precisa valer-se do passado que de algum modo se conservou; a memória é essa reserva crescente a cada instante e que dispõe da totalidade da nossa experiência adquirida.

Para tornar mais evidente a diferença entre o espaço profundo e cumulativo da memória e o espaço raso e pontual da percepção imediata, Bergson imaginou representá-la pela figura de um cone invertido:



na base estariam as lembranças que "descem" para o presente, no vértice estariam os atos perceptuais que se cumprem no plano do presente e deixam passar as lembranças: "Esses dois atos, percepção e lembrança, se penetram sempre, trocam sempre alguma coisa de suas substâncias por um fenômeno de endosmose".

A figura do cone é assim comentada por Bergson: "Se eu represento por um cone *SAB* a totalidade das lembranças acumuladas em minha memória, a base *AB*, assentada no passado, permanece imóvel, ao passo que o vértice *S*, que figura em todos os momentos o meu presente, avança sem cessar e sem cessar, também, toca o plano móvel *P* de minha representação atual do universo. Em *S* concentra-se a imagem do corpo; e, fazendo parte do plano *P*, essa imagem limita-se a receber e a devolver as ações emanadas de todas as imagens de que se compõe o plano".[10]

Bergson afirma também (e esse é um princípio dialetizador da sua doutrina que nem sempre os objetores levaram em conta) que "é do presente que parte o chamado ao qual a lembrança responde".[11]

AS DUAS MEMÓRIAS

Assentada firmemente a distinção entre percepção pura e memória, e propostos os seus modos de interação, Bergson procede a uma análise interna, diferencial, da memória.

O passado conserva-se e, além de conservar-se, atua no presente, mas não de forma homogênea. De um lado, o corpo guarda esquemas de comportamento de que se vale muitas vezes automaticamente na sua ação sobre as coisas: trata-se da *memória-hábito*, memória dos mecanismos motores. De outro lado, ocorrem lembranças independentes de quaisquer hábitos: lembranças isoladas, singulares, que constituiriam autênticas ressurreições do passado.

A análise do cotidiano mostra que a relação entre essas duas formas de memória é, não raro, conflitiva. Na medida em que a vida psicológica entra na bitola dos hábitos, e move-se para a ação e para os conhecimentos úteis ao trabalho social, restaria pouca margem para o devaneio para onde flui a evocação espontânea das imagens, posta entre a vigília e o sonho.

O contrário também é verdadeiro. O sonhador resiste ao enquadramento nos hábitos, que é peculiar ao homem de ação. Este, por sua

vez, só relaxa os fios da tensão quando vencido pelo cansaço e pelo sono.

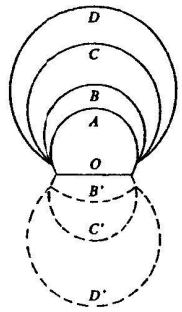
A memória-hábito adquire-se pelo esforço da atenção e pela repetição de gestos ou palavras. Ela é — embora Bergson não se ocupe explicitamente desse fator — um processo que se dá pelas exigências da socialização. Trata-se de um exercício que, retomado até a fixação, transforma-se em um hábito, em um serviço para a vida cotidiana. Graças à memória-hábito, sabemos "de cor" os movimentos que exigem, por exemplo, o comer segundo as regras da etiqueta, o escrever, o falar uma língua estrangeira, o dirigir um automóvel, o costurar, o escrever a máquina etc. A memória-hábito faz parte de todo o nosso adestramento cultural.

No outro extremo, a lembrança pura, quando se atualiza na *imagem-lembrança*, traz à tona da consciência um momento único, singular, não repetido, irreversível, da vida. Daí, tambem, o caráter não mecânico, mas evocativo, do seu aparecimento por via da memória. Sonho e poesia são, tantas vezes, feitos dessa matéria que estaria latente nas zonas profundas do psiquismo, a que Bergson não hesitará em dar o nome de "inconsciente". A imagem-lembrança tem data certa: refere-se a uma situação definida, individualizada, ao passo que a memória-hábito já se incorporou às práticas do dia-a-dia. A memória-hábito parece fazer um só todo com a percepção do presente.

A tipologia vem, aliás, de longe: *vita contemplativa* e *vita activa*, diziam os teólogos medievais. Daí, uma pergunta: os velhos, para os quais a ação planejada e os novos aprendizados já não são mais necessidades tão prementes, não seriam, por acaso, presas alternativas ora da memória-hábito, ora da memória-sonho? O seu cotidiano não se transformaria, a ser justa a hipótese de Bergson, em uma rede de evocações espontâneas e distantes, mas atadas pelos pontos de um automatismo senil, cada vez mais rígido? Em outros termos: o velho carrega em si, mais fortemente, tanto a possibilidade de evocar quanto o mecanismo da memória, que já se fez prática motora. O velho típico já não aprenderia mais nada, pois sua vida psicológica já estaria presa a hábitos adquiridos, inveterados; e, em compensação, nos longos momentos de inação, poderia perder-se nas imagens-lembrança.

Evidentemente, Bergson não se ocupa de casos-limite nem de uma psicologia diferencial. O seu cuidado maior é o de entender as relações entre a conservação do passado e a sua articulação com o presente, a confluência de memória e percepção. A figura do cone é apenas uma primeira aproximação que outros esquemas vêm completar. Assim, no

tópico "Lembranças e movimentos", que integra o segundo capítulo de *Matière et mémoire*, Bergson desenha um conjunto de semicírculos contrapostos que representam, simetricamente, os níveis de expansão da memória e os níveis de profundidade espacial e temporal onde se situam os objetos evocados:



Explicitando, pode-se dizer que a memória apresenta vários círculos, de extensão desigual. "O mais estreito, *A*, é o mais próximo da percepção imediata. Ele só contém o objeto *O* com a imagem consecutiva que vem cobri-lo. Atrás dele, os círculos *B*, *C*, *D*, cada vez mais largos, respondem a esforços nascentes de expansão intelectual. É o todo da memória que entra, em cada um desses circuitos, já que a memória está presente sempre: mas essa memória, que a sua elasticidade permite dilatar indefinidamente, reflete sobre o objeto um número crescente de coisas sugeridas, ora detalhes do próprio objeto, ora detalhes concomitantes que possam contribuir para esclarecê-lo. Assim, depois de ter reconstruído o objeto apercebido, à maneira de um todo independente, nós reconstituiremos, com ele, as condições cada vez mais longínquas com as quais ele forma um sistema. Chamemos *B'*, *C'*, *D'* essas causas de profundidade crescente, situadas atrás do objeto, e virtualmente dadas com o próprio objeto. Vê-se que o progresso da atenção tem por efeito criar de novo não somente o objeto apercebido, mas os sistemas, cada vez mais vastos, aos quais ele pode vincular-se; de sorte que, à medida que os círculos *B*, *C*, *D* representam uma expansão mais alta da memória, a sua reflexão atinge em *B'*, *C'*, *D'* camadas profundas da realidade."[12]

O período citado procura descrever o próprio dinamismo interno da memória como um processo que parte de uma imagem qualquer e,

por meio de associações de similaridade ou de contigüidade, vai tocando outras imagens que formam com a primeira um *sistema*. A recordação seria, portanto, uma organização extremamente móvel cujo elemento de base ora é um aspecto, ora outro do passado; daí a diversidade dos "sistemas" que a memória pode produzir em cada um dos espectadores do mesmo fato.

Outra lição a tirar do esquema bergsoniano é a da correspondência entre os vários círculos da memória e os aspectos simultâneos que um objeto pode apresentar ao espírito. Haveria, mesmo, um círculo para cada aspecto da situação evocada. Quanto mais pessoal, mais livre (isto é, menos socializada, menos presa à ação presente) for a lembrança, mais distante, rara e fugitiva será sua atualização pela consciência. É o caso das imagens do sonho. Essas lembranças singulares devem, de algum modo, despersonalizar-se, senão banalizar-se, para se encaixarem na percepção atual que se põe como relação imediata e ativa do corpo com o mundo, do eu com a sociedade.

Na tábua de valores de Bergson, a memória pura, aquela que opera no sonho e na poesia, está situada no reino privilegiado do espírito livre, ao passo que a memória transformada em hábito, assim como a percepção "pura", só voltada para ação iminente, funcionam como limites redutores da vida psicológica. A *vita activa* aproveita-se da *vita contemplativa*, e esse aproveitar-se é, muitas vezes, um ato de espoliação.

MEMÓRIA E INCONSCIENTE

Antes de terminar esta exposição do tema da memória no livro capital de Bergson, convém acentuar o que o singulariza como o seu grande estudioso e, ao mesmo tempo, o distingue das abordagens psicossociais posteriores. A *burning question* de Bergson consiste em provar a espontaneidade e a liberdade da memória em oposição aos esquemas mecanicistas que a alojavam em algum canto escuro do cérebro. Bergson quer mostrar que o passado se conserva inteiro e independente no espírito; e que o seu modo próprio de existência é um modo inconsciente. Como esse último conceito já tem uma longa história, quer dentro da psicologia, quer dentro da filosofia que a precede, torna-se necessário precisar qual a acepção em que o toma Bergson. Em que sentido ele se aplicaria ao entendimento da memória?

Antes de ser atualizada pela consciência, toda lembrança "vive" em estado latente, potencial. Esse estado, porque está abaixo da cons-

ciência atual ("abaixo", metaforicamente), é qualificado de "inconsciente". O mal da psicologia clássica, racionalista, segundo Bergson, é o de não reconhecer a existência de tudo o que está fora da consciência presente, imediata e ativa. No entanto, o papel da consciência, quando solicitada a deliberar, é sobretudo o de colher e escolher, dentro do processo psíquico, justamente *o* que não é a consciência atual, trazendo-o à sua luz. Logo, a própria ação da consciência supõe o "outro", ou seja, a existência de fenômenos e estados infraconscientes que costumam ficar à sombra.[13] É precisamente nesse reino de sombras que se deposita o tesouro da memória.

Negar a existência de estados inconscientes significa, para Bergson, o mesmo que negar a existência de objetos e de pessoas que se encontram fora do nosso campo visual ou fora de nosso alcance físico. Seria dizer: "o que não vejo atualmente não existe". O "atualismo" absoluto não daria lugar algum para a memória enquanto conservação do passado. Tratando-se de uma tese fundamental de *Matière et mémoire*, parece oportuno insistir na sua demonstração tal como a dá o próprio Bergson:

> A idéia de uma *representação inconsciente* é clara, apesar de um preconceito disseminado; pode-se até mesmo dizer que nós fazemos dela um uso constante, e que não há concepção mais familiar ao senso comum. Toda gente admite, de fato, que as imagens atualmente presentes à nossa percepção não formam o todo da matéria. Mas, por outro lado, o que pode ser um objeto material não percebido, uma imagem não imaginada, senão uma espécie de estado mental inconsciente? Além dos muros do seu quarto, que você percebe neste momento, há quartos vizinhos, depois o resto da casa, enfim a rua e a cidade onde você mora. Pouco importa a teoria da matéria a que você se vincule: realista ou idealista, você pensa, evidentemente, quando fala da cidade, da rua, dos outros quartos da casa, em tais e tantas percepções ausentes da sua consciência, e, no entanto, dadas fora dela. Elas não se criam à medida que a consciência as acolhe; elas lá estavam já, de algum modo; ora, como, por hipótese, a sua consciência não as apreendia, como podiam existir em si senão no estado inconsciente? De onde vem, então, que uma existência fora da consciência nos pareça clara quando se trata de objetos, mas obscura quando falamos de sujeitos?[14]

O convívio de inconsciente e consciente é ora tenso, ora distenso. Tenso quando a percepção-para-a-ação domina o comportamento. Distenso, no caso de o passado alagar o presente: "O espírito humano pressiona sem parar, com a fatalidade da memória, contra a porta que o corpo lhe vai entreabrir: daí os jogos da fantasia e o trabalho da imaginação — liberdades que o espírito toma com a natureza. O que não impede de reconhecer que a orientação de nossa consciência para a ação parece ser a lei fundamental da vida psicológica".[15]

As conseqüências metafísicas desses conceitos, que Bergson irá tirar no último capítulo de *Matière et mémoire*, embora fundamentais para o seu pensamento, não devem entrar neste trabalho, que, como já se disse no início, visa à análise de memórias empiricamente registradas. Importa, porém, reter o seu princípio central da memória como *conservação do passado*; este sobrevive, quer chamado pelo presente sob as formas da lembrança, quer em si mesmo, em estado inconsciente.

HALBWACHS, OU A RECONSTRUÇÃO DO PASSADO

A lembrança é a sobrevivência do passado. O passado, conservando-se no espírito de cada ser humano, aflora à consciência na forma de imagens-lembrança. A sua forma pura seria a imagem presente nos sonhos e nos devaneios. Assim pensava Bergson, que, como vimos, se esforçou por dar à memória um estatuto espiritual diverso da percepção. Ora, é justamente a importância dessa distinção, e tudo quanto ela comporta de ênfase na pureza da memória, que vai ser relativizado pela teoria psicossocial de Maurice Halbwachs, o principal estudioso das relações entre memória e história pública, às quais dedicou duas obras de fôlego, *Les cadres sociaux de la mémoire* e *La mémoire collective*.

Para entender o universo de preocupações de Halbwachs é preciso situá-lo na tradição da sociologia francesa, de que ele é um herdeiro admirável. Halbwachs prolonga os estudos de Émile Durkheim que levaram à pesquisa de campo as hipóteses de Auguste Comte sobre a precedência do "fato social" e do "sistema social" sobre fenômenos de ordem psicológica, individual.

Com Durkheim, o eixo das investigações sobre a "psique" e o "espírito" se desloca para as funções que as representações e idéias dos homens exercem no interior do seu grupo e da sociedade em geral. Essa preexistência e esse predomínio do social sobre o individual deveriam, por força, alterar substancialmente o enfoque dos fenômenos ditos psicológicos como a *percepção*, a *consciência* e a *memória*. Em Bergson, o método introspectivo conduz a uma reflexão sobre a memória

em si mesma, como subjetividade livre e conservação espiritual do passado, sem que lhe parecesse pertinente fazer intervir quadros condicionantes de teor social ou cultural. A memória é, para o filósofo da intuição, uma força espiritual prévia a que se opõe a substância material, seu limite e obstáculo. A matéria seria, na verdade, a única fronteira que o espírito pode conhecer. A matéria levaria ao esquecimento. Ela bloqueia o curso da memória. Nessa grande oposição de memória e matéria, a última aparece como algo genérico, indiferenciado, espesso, opaco. Em um ponto, entretanto, esse obstáculo é vencido: naquele vértice do cone invertido, ponto móvel da percepção que avança no presente do corpo, mas entreabre a porta às pressões da memória.

No estudo de Bergson defrontam-se, portanto, a subjetividade pura (o espírito) e a pura exterioridade (a matéria). À primeira filia-se a memória; à segunda, a percepção. Não há, no texto de Bergson, uma tematização dos sujeitos-que-lembram, nem das relações entre os sujeitos e as coisas lembradas; como estão ausentes os nexos interpessoais, falta, a rigor, *um tratamento da memória como fenômeno social*. Nada como um sociólogo para se prepor a preencher esse vazio. Fazendo-o, acaba modificando, quando não rejeitando, os resultados a que chegara a especulação de Bergson. Halbwachs desdobra e em vários momentos refina a definição de seu mestre, Émile Durkheim: "Os fatos sociais consistem em modos de agir, pensar e sentir, exteriores ao indivíduo e dotados de um poder coercitivo pelo qual se lhe impõem".[16]

A mudança de visada se dá na própria formulação do objeto a ser apreendido: Halbwachs não vai estudar a memória, como tal, mas os "quadros sociais da memória". Nessa linha de pesquisa, as relações a serem determinadas já não ficarão adstritas ao mundo da pessoa (relações entre o corpo e o espírito, por exemplo), mas perseguirão a realidade interpessoal das instituições sociais. A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo.

Dando relevo às *instituições* formadoras do sujeito, Halbwachs acaba relativizando o princípio, tão caro a Bergson, pelo qual o espírito conserva em si o passado na sua inteireza e autonomia. Ao contrário, o que o sociólogo realça é a iniciativa que a vida atual do sujeito toma ao desencadear o curso da memória. Se lembramos, é porque os outros, a situação presente, nos fazem lembrar: "O maior número de

nossas lembranças nos vem quando nossos pais, nossos amigos, ou outros homens, no-las provocam" (introdução, viii).

O caráter livre, espontâneo, quase onírico da memória é, segundo Halbwachs, excepcional. Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, "tal como foi", e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, *no presente*, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista.

A lembrança bergsoniana, enquanto conservação total do passado e sua ressurreição, só seria possível no caso (afinal, impossível) em que o adulto mantivesse intacto o sistema de representações, hábitos e relações sociais da sua infância. A menor alteração do ambiente atinge a qualidade íntima da memória. Por essa via, Halbwachs amarra a memória da pessoa à memória do grupo; e esta última à esfera maior da tradição, que é a memória coletiva de cada sociedade. Até mesmo as imagens do sonho, que parecem ao consenso geral as mais desgarradas da memória coletiva e, portanto, as mais próximas da memória pura bergsoniana, não fugiriam às determinações do presente. Halbwachs compara as imagens oníricas às reminiscências da primeira infância: umas e outras parecem subir, inexplicavelmente, à superfície da consciência sem guardar relações com o presente; umas e outras parecem ter-se mantido intactas no fundo da alma. No entanto, essa aparente indeterminação deve-se precisamente à fraqueza ou à quase ausência de vida consciente que acompanha o sonho e que caracterizava os estados mentais dos primeiros anos de vida. Tanto uns como os outros dificilmente se balizam ao longo da série cronológica que cada um de nós organiza quando reconstrói os fatos da própria vida.

Entretanto, essa frouxidão relativa da consciência é, por assim dizer, compensada pela intervenção constante que a auto-imagem do *eu* faz sempre que o passado remoto é sonhado ou evocado. O exemplo mais comum é o do sentimento de surpresa que o sujeito experimenta

quando, durante o sonho, lhe vem ao encontro a imagem de uma pessoa já falecida. Se o sonho tivesse borrado completamente a dimensão do tempo histórico (dimensão social); se o sonho tivesse imergido a mente do sonhador em um coral simultâneo de vozes, passadas e presentes, como entender a *surpresa*, que comporta sempre um momento de separação, de estranhamento, de percepção do novo? "Assim, no sonho jamais nos despojamos inteiramente do nosso *eu* atual."[17]

A imagem viva da aparente autonomia do sonho é comparada com a dançarina que, apoiada ao solo apenas com a ponta dos pés, parece uma figura prestes a voar a qualquer momento; no entanto, pesa sobre ela a mesma força de gravidade que atua sobre os outros mortais. De qualquer modo, porém, Halbwachs reconhece que "é no sonho que o espírito está mais afastado da sociedade".[18]

O instrumento decisivamente socializador da memória é a linguagem. Ela reduz, unifica e aproxima no mesmo espaço histórico e cultural a imagem do sonho, a imagem lembrada e as imagens da vigília atual. Os dados coletivos que a língua sempre traz em si entram até mesmo no sonho (situação-limite da pureza individual). De resto, as imagens do sonho não são, embora pareçam, criações puramente individuais. São representações, ou símbolos, sugeridos pelas situações vividas em grupo pelo sonhador: cuidados, desejos, tensões... "As noções gerais permanecem em nosso espírito durante o sono, nós continuamos a fazer uso delas, a senti-las ao nosso alcance."[19] No quadro dessas "noções gerais", que não abandonam o homem, sequer no sonho, destaquem-se as relações de *espaço* (aqui, aí, ali, dentro, fora, em cima, embaixo, à esquerda, à direita...), as relações de *tempo* (agora, já, antes, depois, sempre, nunca, ontem, hoje, amanhã...), as relações de *causa* e de *conseqüência* (porque, para que, tal que, de modo que...). As categorias, que a linguagem atualiza, acompanham nossa vida psíquica tanto na vigília quanto no sonho. Na vigília, de modo coeso; no sonho, de modo frouxo e amortecido, mas identificável. As convenções verbais produzidas em sociedade constituem o quadro ao mesmo tempo mais elementar e mais estável da memória coletiva.

A EXPERIÊNCIA DA RELEITURA

A certa altura do seu estudo, Halbwachs detém-se para examinar, mais miudamente, o modo pelo qual se vai formando a "reconstrução do passado". A situação tomada como exemplo é a releitura que o adulto faz de um livro de narrativas lido na já distante juventude.

A impressão inicial é a de um reencontro com o frescor da primeira leitura. Na verdade, antes de reabrir aquelas páginas seríamos capazes de lembrar poucas coisas: o assunto, algumas personagens mais caracterizadas, este ou aquele episódio mais pitoresco, emocionante ou engraçado e, às vezes, a imagem de uma gravura. Ao encetar a releitura, esperamos que voltem com toda a sua força e cor aqueles pormenores esquecidos, de tal maneira que possamos sentir as mesmas emoções que acompanharam o nosso primeiro contato com a obra. Esperamos, em suma, que a memória nos faça *reviver* aquela bela experiência juvenil. Mas, se fizermos uma análise objetiva da situação em que se desenvolve a releitura, teremos de reconhecer que não é isso que se dá. Parece que estamos lendo um livro novo ou, pelo menos, um livro remanejado. Novo ou remanejado em duas direções: em primeiro lugar, porque só agora reparamos em certas passagens, certas palavras, certos tipos, certos detalhes de ambientação que nos tinham escapado na leitura inicial; o nosso espírito, hoje, mais atento à verossimilhança da narrativa e à estrutura psicológica das personagens, move-se em uma direção crítica e cultural que, evidentemente, não podia entrar nos quadros mentais da primeira leitura. Em segundo lugar, o livro nos parece novo, ou remanejado em um sentido oposto: passagens que nos tinham impressionado ou comovido perderam, nesta outra leitura, muito do seu poder sugestivo, despojando-se, portanto, do prestígio que as circundava então: "Tudo se passa como se o objeto fosse visto sob um ângulo diferente e iluminado de outra forma: a distribuição nova das sombras e da luz muda a tal ponto os valores das partes que, embora reconhecendo-as, não podemos dizer que elas tenham permanecido o que eram antes".[20]

A diferença maior, e inevitável, está no teor das idéias e das reflexões sugeridas pela nova leitura. Trata-se sempre de um adulto que lê uma história para crianças, mas escrita por outro adulto. O leitor sabe, agora, que o autor precisou adequar-se ao nível mental da criança; e essa consciência nova instiga-o a perguntar muitas vezes se o autor foi feliz no seu esforço de ajustamento, ou se ele deixou transparecer indiscretamente sua visão do mundo, seus gostos e interesses de adulto. Ocupado, ainda que involuntariamente, em reparar e criticar os modos de proceder do autor, o leitor adulto entremeia com suas reflexões a percepção das imagens relidas; e esse convívio de lembrança e crítica altera profundamente a qualidade da segunda leitura. A qual, só por essa razão, já não "revive", mas "re-faz" a experiência da primeira.

Considerem-se ainda as diferenças entre os dois contextos psicológicos. A atenção da criança leitora fixa-se nos mil acidentes da paisagem, e a sua curiosidade insaciável é atraída pelos fenômenos estranhos ou violentos da natureza, uma erupção vulcânica, um ciclone, uma nevasca, uma tempestade, ou por animais e plantas insólitas. O adulto muitas vezes passa rapidamente por esses aspectos e detém-se, de preferência, na descrição de costumes, de tipos humanos, de instituições sociais que, por sua vez, pouco dizem à experiência infantil. Para esta, o que distingue um soldado de um monge, ou um oleiro de um moleiro é a roupa, o uniforme que todos vêem, a matéria-prima com que trabalha e que o identifica. Diz Halbwachs:

> São espécies definidas, da mesma ordem que as espécies animais. A criança admitiria, de bom grado, que já se nasce soldado ou cocheiro, como se nasce raposa ou lobo. A roupa, os traços físicos fazem parte da pessoa, e bastam para determiná-la. A criança acredita que lhe bastaria portar as armas e as botas de um caçador ou o casquete de um oficial da Marinha para se identificar com um ou com outro, e possuir ao mesmo tempo as qualidades ideais que ela empresta a cada um deles.[21]

O adulto, ao contrário, quando relê um livro de aventuras de Júlio Verne, não fica preso às aparências pitorescas da descrição, mas observando, como adulto, os comportamentos das personagens, examina até que ponto elas são "semelhantes à categoria social que representam, e não deixa de estranhar ou de criticar o teor antiquado ou o caráter mecanizado de certos tipos e situações". Quanto mais o adulto está empenhado na vida prática, tanto mais aguda é a distinção que faz entre fantasia e realidade, e tanto mais esta é valorizada em detrimento daquela. Não se lê duas vezes o mesmo livro, isto é, não se relê da mesma maneira um livro. O conjunto de nossas idéias atuais, principalmente sobre a sociedade, nos impediria de recuperar exatamente as impressões e os sentimentos experimentados a primeira vez. Citando o prefácio da *Vie de Jeanne d'Arc*, de Anatole France:

> Para sentir o espírito de um tempo que já não existe, para fazer-se contemporâneo dos homens de outrora [...] a dificuldade não está tanto no que é preciso saber do que no que é preciso não saber mais. Se nós quisermos verdadeiramente viver no século XV, quantas coisas deveremos esquecer: ciências, métodos, todas as conquistas que fazem de nós modernos! Devemos esquecer que a terra é redonda e que as estrelas são sóis, e não lâmpadas suspensas em uma abóbada de cristal, esquecer o sistema do mundo de Laplace para só crer na ciência de santo Tomás de Aquino,

> de Dante e daqueles cosmógrafos da Idade Média que nos ensinam a criação em sete dias e a fundação dos reinos pelo filho de Príamo, depois da destruição de Tróia, a Grande.[22]

A experiência da releitura é apenas um exemplo, entre muitos, da dificuldade, senão da impossibilidade, de reviver o passado tal e qual; impossibilidade que todo sujeito que lembra tem em comum com o historiador. Para este também se coloca a meta ideal de refazer, no discurso presente, acontecimentos pretéritos, o que, a rigor, exigiria se tirassem dos túmulos todos os que agiram ou testemunharam os fatos a serem evocados. Posto o limite fatal que o tempo impõe ao historiador, não lhe resta senão *reconstruir*, no que lhe for possível, a fisionomia dos acontecimentos. Nesse esforço exerce um papel condicionante todo o conjunto de noções presentes que, involuntariamente, nos obriga a avaliar (logo, a alterar) o conteúdo das memórias.

Goethe já observava, em *Verdade e poesia*: "Quando queremos lembrar o que aconteceu nos primeiros tempos da infância, confundimos muitas vezes o que se ouviu dizer aos outros com as próprias lembranças..." Daí o caráter não só pessoal, mas familiar, grupal, social, da memória.

* * *

A interpretação social que Halbwachs dá da capacidade de lembrar é radical. Entenda-se que não se trata apenas de um condicionamento externo de um fenômeno interno, isto é, não se trata de uma justaposição de "quadros sociais" e "imagens evocadas". Mais do que isso, entende que já no interior da lembrança, no cerne da imagem evocada, trabalham *noções* gerais, veiculadas pela linguagem, logo, de filiação institucional. É graças ao caráter objetivo, transubjetivo, dessas noções gerais que as imagens resistem e se transformam em lembranças.

O exemplo do sonho, que em Bergson ilustrava a liberdade da memória pura, serve, em Halbwachs, para mostrar a evanescência das imagens oníricas quando desacompanhadas das categorias "diurnas" que as secundam habitualmente:

> O que explica a desaparição do maior número das imagens noturnas é que, como elas não foram localizadas no mundo da vigília, este mundo e as representações dele não têm poder algum sobre elas: só se tornam lembranças evocáveis as imagens do sonho sobre as quais, quando acordados, nossa atenção e nossa reflexão se fixaram, e que nós assim enfeixamos antes que se esvaíssem com as imagens e os pensamentos da vigília.[23]

Um verdadeiro teste para a hipótese psicossocial da memória encontra-se no estudo das lembranças das pessoas idosas. Nelas é possível verificar uma história social bem desenvolvida: elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas; elas já viveram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis: enfim, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que, de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que a uma pessoa de idade.

Delineia-se de novo a questão: a memória do velho é uma evocação pura, "onírica", do passado (a memória por excelência de Bergson) ou um trabalho de refacção deste?

O raciocínio de Halbwachs opõe o sentido da evocação do velho ao do adulto: este, entretido nas tarefas do presente, não procura habitualmente na infância imagens relacionadas com sua vida cotidiana; quando chega a hora da evocação, esta é, na realidade, a hora do repouso, o relaxamento da alma, desejo breve mas intenso de evasão. O adulto ativo não se ocupa longamente com o passado; mas, quando o faz, é como se este lhe sobreviesse em forma de sonho. Em suma: para o adulto ativo, vida prática é vida prática, e memória é fuga, arte, lazer, contemplação. É o momento em que as águas se separam com maior nitidez.

Bem outra seria a situação do velho, do homem que já viveu sua vida. Ao lembrar o passado ele não está descansando, por um instante, das lides cotidianas, não está se entregando fugitivamente às delícias do sonho: ele está se ocupando consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesma da sua vida.

> O velho não se contenta, em geral, de aguardar passivamente que as lembranças o despertem, ele procura precisá-las, ele interroga outros velhos, compulsa seus velhos papéis, suas antigas cartas e, principalmente, conta aquilo de que se lembra quando não cuida de fixá-lo por escrito. Em suma, o velho se interessa pelo passado bem mais que o adulto, mas daí não se segue que esteja em condições de evocar mais lembranças desse passado do que quando era adulto, nem, sobretudo, que imagens antigas, sepultadas no inconsciente desde sua infância, 'recobrem a força de transpor o limiar da consciência' só então.[24]

FOTO: AMERIS PAOLINI

Manuel Peri, artista eqüestre de circo.

Note-se a coerência do pensamento de Halbwachs: o que rege, em última instância, a atividade mnêmica é a função *social* exercida aqui e agora pelo sujeito que lembra. Há um momento em que o homem maduro deixa de ser um membro ativo da sociedade, deixa de ser um propulsor da vida presente do seu grupo: neste momento de velhice social resta-lhe, no entanto, uma função própria: a de lembrar. A de ser a memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade:

> Nas tribos primitivas, os velhos são os guardiães das tradições, não só porque eles as receberam mais cedo que os outros mas também porque só eles dispõem do lazer necessário para fixar seus pormenores ao longo de conversações com os outros velhos, e para ensiná-los aos jovens a partir da iniciação. Em nossas sociedades também estimamos um velho porque, tendo vivido muito tempo, ele tem muita experiência e está carregado de lembranças. Como, então, os homens idosos não se interessariam apaixonadamente por esse passado, tesouro comum de que se constituíram depositários, e não se esforçariam por preencher, em plena consciência, a função que lhes confere o único prestígio que possam pretender daí em diante?[25]

Haveria, portanto, para o velho uma espécie singular de obrigação social, que não pesa sobre os homens de outras idades: a obrigação de lembrar, e lembrar bem. Convém, entretanto, matizar a afirmação de Halbwachs. Nem toda sociedade espera, ou exige, dos velhos que se desencarreguem dessa função. Em outros termos, os graus de expectativa ou de exigência não são os mesmos em toda parte. O que se poderia, no entanto, verificar, na sociedade em que vivemos, é a hipótese mais geral de que o homem ativo (independentemente de sua idade) se ocupa menos em lembrar, exerce menos freqüentemente a atividade da memória, ao passo que o homem já afastado dos afazeres mais prementes do cotidiano se dá mais habitualmente à refacção do seu passado.

Um aspecto importante desse trabalho de reconstrução é posto em relevo por Halbwachs quando nos adverte do processo de "desfiguração" que o passado sofre ao ser remanejado pelas idéias e pelos ideais presentes do velho. A "pressão dos preconceitos" e as "preferências da sociedade dos velhos" podem modelar seu passado e, na verdade, recompor sua biografia individual ou grupal seguindo padrões e valores que, na linguagem corrente de hoje são chamados "ideológicos".

A psicologia social só enfrentou diretamente o problema da memória em suas relações com o contexto no livro, hoje clássico, de Frederic Charles Bartlett, *Remembering*.[26] A segunda parte dessa obra verdadeiramente pioneira intitula-se "Remembering as a study in social psychology" e traz uma série de observações muito agudas que coincidem, em vários pontos, com as reflexões de Halbwachs, autor, aliás, que Bartlett leu e apreciou devidamente.

Deve-se a Bartlett a utilização de um conceito-chave para conectar o processo cultural de um dado momento histórico ao trabalho da memória: o conceito de "convencionalização". O conceito em si não foi cunhado por Bartlett; ele o extraiu de um etnólogo, W. H. R. Rivers, que o utilizou no ensaio *The history of Melanesian society*.[27] Convencionalização, para Rivers, é o processo pelo qual imagens e idéias, recebidas de fora por um certo grupo indígena, acabam assumindo uma forma de expressão ajustada às técnicas e convenções verbais já estabelecidas há longo tempo nesse grupo. Transpondo o conceito para a área psicossocial, Bartlett postula que a "matéria-prima" da recordação não aflora em estado puro na linguagem do falante que lembra; ela é tratada, às vezes estilizada, pelo ponto de vista cultural e ideológico do grupo em que o sujeito está situado.

Nessa altura, constatamos uma singular coincidência entre as formulações de Halbwachs e as de Bartlett: o que um e outro buscam é fixar a pertinência dos "quadros sociais" e das instituições e das redes de convenção verbal no processo que conduz à lembrança. Bartlett está, pela sua própria formação profissional, mais rente à linguagem específica da psicologia social, tal como se constituiu nos anos 30; mas o sentido do seu texto se acha próximo do de Halbwachs. Provam-no os exemplos com que lida, tirados da sua familiaridade com as tribos swazi:

1) Alguns dos líderes indígenas visitaram a Inglaterra para resolver pendências de terras. Ao voltarem, foram abordados pelos ingleses da colônia, curiosos em saberem o que os indígenas tinham retido com mais nitidez da sua viagem à metrópole. A lembrança comum a todos os líderes swazi foi a dos guardas de trânsito "de mão levantada". Por que — pergunta-se Bartlett — uma ação tão simples produziu impressão tão funda? A explicação só veio quando o psicólogo reparou que os swazi saúdam o companheiro ou o visitante com a mão erguida. O gesto familiar, quente de simpatia na própria cultura, significava, na outra, um ato de comando. Mas o que se recordou, no contexto estrangeiro e estranho, foi a imagem associada ao sistema de convenções do receptor.

2) Depois de ouvir muitas histórias que atestavam a prodigiosa memória verbal do swazi, Bartlett se pôs a fazer experimentos com o fim de testá-la. Escolheu ao acaso um menino de onze ou doze anos de idade e deu-lhe uma mensagem de 25 palavras para transmiti-la pouco depois. Tratava-se de um texto semelhante aos já aplicados por ele mesmo a crianças inglesas, variando agora apenas o conteúdo de interesses, naturalmente mais próximo do cotidiano de um menino swazi. Os resultados, em termos de média de acertos e de omissões, não diferiram dos obtidos com os meninos ingleses.

3) O experimento 2 relativizou a atribuição de uma faculdade de lembrar, em si extraordinária, que seria peculiar àqueles indígenas. Combinando, porém, o experimento 2 com o que se narra em 1, Bartlett é levado a crer que a nitidez da memória não deva ser avaliada isoladamente, mas posta em relação com toda a experiência social do grupo. Foi o que aconteceu quando o psicólogo, ciente de que os swazi se ocupavam intensamente de gado, testou a capacidade retentiva de um vaqueiro pedindo-lhe que arrolasse um certo número de reses, dando a respectiva procedência, cor do pêlo e preço. Bartlett podia conferir as respostas com uma lista escrita pelo proprietário do gado. O vaqueiro lembrou-se, sem hesitar, de todos os dados importantes e de quase todos os pormenores, ao passo que o proprietário das reses precisava valer-se sempre de um papel em que ele mesmo tinha anotado a compra.

Se, de um lado, o experimento 2 desfazia a lenda da memória prodigiosa dos swazi, de outro, o experimento 3 encorpava a hipótese de que existe uma relação entre o ato de lembrar e o relevo (existencial e social) do fato recordado para o sujeito que o recorda.

Uma análise interna dessa última constatação levou Bartlett a distinguir entre a *matéria da recordação* (o que se lembra) e o *modo da recordação* (como se lembra).

A matéria estaria condicionada basicamente pelo interesse social que o fato lembrado tem para o sujeito. Quanto ao modo, o problema complica-se, porque entrariam como variáveis importantes alguns fatores tradicionalmente associados à psicologia da personalidade, como o temperamento e o caráter do sujeito que lembra. Bartlett cruza um limiar evitado sistematicamente por Maurice Halbwachs. Este, como estudioso dos níveis *sociais* da memória, prefere ater-se às relações vividas pelo sujeito (relações familiares, vicinais, profissionais, políticas, re-

ligiosas...) como suficientemente capazes de articular a atividade mnêmica e sua forma narrativa. Bartlett julga possível tentar (embora ele mesmo não o faça) uma análise dos estilos narrativos em função das diferenças pessoais dos sujeitos.

O que me parece deva reter-se como uma conquista comum das reflexões de Halbwachs e de Bartlett é a inerência da vida atual ao processo de reconstrução do passado. A "convencionalização" é, a rigor, um trabalho de modelagem que a situação evocada sofre no contexto de idéias e valores dos que a evocam. O processo geral da convencionalização pode, segundo Bartlett, diferenciar-se internamente em subprocessos; voltando ao seu modelo antropológico, o psicólogo considerou o tratamento que cada imagem nova sofre na memória do indivíduo análogo à modelagem que uma dada forma cultural civilizada recebe ao ser transferida para um grupo indígena. O nativo pode:

1) simplesmente incorporar a forma cultural estranha, por *assimilação*;

2) ou despojá-la de alguns aspectos e algumas conotações estranhas à sua prática social (*simplificação*);

3) ou apreender um aspecto em si desimportante no contexto-fonte, e dar-lhe uma relevância especial (*retenção parcial com hipertrofia do detalhe*);

4) ou, finalmente, construir uma "outra" forma simbólica que resultaria das interações do próprio grupo receptor, capaz portanto de transformar a matéria recebida e incutir-lhe o sentido de uma prática social específica.

O que Bartlett admite, de um modo bastante compreensivo, é a existência de um "contínuo" que vai da simples assimilação, por transplante, até a criação social de novos símbolos, a partir do recebimento de formas extragrupais. A memória das pessoas também dependeria desse longo e amplo processo, pelo qual sempre "fica" o que significa. E fica não do mesmo modo: às vezes quase intacto, às vezes profundamente alterado. A transformação seria tanto mais radical quanto mais operasse sobre a matéria recebida a mão-de-obra do grupo receptor. Assim, novos significados alteram o conteúdo e o valor da situação de base evocada. No outro extremo, se a vida social ou individual estagnou, ou reproduziu-se quase que só fisiologicamente, é provável que os fatos lembrados tendam a conservar o significado que tinham para os sujeitos no momento em que os viveram.

Um dos aspectos mais instigantes do tema é o da construção social da memória. Quando um grupo trabalha intensamente em conjunto,

há uma tendência de criar esquemas coerentes de narração e de interpretação dos fatos, verdadeiros "universos de discurso", "universos de significado", que dão ao material de base uma forma histórica própria, uma *versão* consagrada dos acontecimentos. O ponto de vista do grupo constrói e procura fixar a sua imagem para a história. Este é, como se pode supor, o momento áureo da ideologia com todos os seus estereótipos e mitos. No outro extremo, haveria uma ausência de elaboração grupal em torno de certos acontecimentos ou situações. A rigor, o efeito, nesse caso, seria o de esquecer tudo quanto não fosse "atualmente" significativo para o grupo de convívio da pessoa. É o que sucede às vezes: os fatos que não foram testemunhados "perdem-se", "omitem-se", porque não costumam ser objeto de conversa e de narração, a não ser excepcionalmente. Assim, quando o sujeito os evoca, não vem o reforço, o apoio contínuo dos outros: é como se ele estivesse sonhando ou imaginando; e não por acaso duvidamos, hesitamos, quando não nos confundimos, sempre que devemos falar de um fato que só foi presenciado por nós, ou que sabemos "por ouvir dizer". O sonho, ao contrário, parece alimentar-se mais generosamente desses momentos solitários de evocação que teriam, talvez, ao menos a vantagem de não sofrer a modelagem sistemática da ideologia grupal.

A elaboração grupal comum seria, portanto, decisiva. Sem ela, tende a reproduzir-se com mais força o teor da "primeira impressão", matéria daquela lembrança-imagem e da "memória pura" de Bergson. Com ela, ao contrário, a primeira impressão ficaria cancelada e substituída pelas representações e idéias dominantes inculcadas no sujeito (hipótese de Halbwachs), ou apenas amortecida no inconsciente, de onde poderia sair durante o sonho e nos raros momentos de livre evocação (hipótese de Bergson).

Um dos mais sutis analistas da memória, de um ponto de vista rigorosamente psicológico, William Stern,[28] julga, com Bergson, que as percepções podem passar por um "período latente", durante o qual "desaparecem" da consciência até que, por motivos diversos, reaflorem mnemicamente. O postulado de Stern é o da existência de uma unidade constante, um "fundo ininterrupto", que permite a reanimação de uma imagem que foi recebida muito tempo antes. Essa unidade é chamada "pessoa" e corresponde, *mutatis mutandis*, àquela outra unidade, mais profunda, que Bergson denomina "espírito", sede também da memória.

Para William Stern, a unidade pessoal conserva intactas as imagens do passado, mas pode alterá-las conforme as condições concretas do

seu desenvolvimento. A memória poderá ser conservação ou elaboração do passado, mesmo porque o seu lugar na vida do homem acha-se a meio caminho entre o instinto, que se repete sempre, e a inteligência, que é capaz de inovar.[29] De onde resulta uma concepção extremamente flexível da memória: "A lembrança é a história da pessoa e seu mundo, *enquanto vivenciada*".[30] Stern refere-se ao estrato objetivo da lembrança ("história", "mundo"), mas subordina-o manifestamente à subjetividade ("seu", "vivenciada"). O passado entra plasticamente no universo pessoal:

> A função da lembrança é conservar o passado do indivíduo na forma que é mais apropriada a ele. O material indiferente é descartado, o desagradável, alterado, o pouco claro ou confuso simplifica-se por uma delimitação nítida, o trivial é elevado à hierarquia do insólito; e no fim formou-se um quadro total, novo, sem o menor desejo consciente de falsificá-lo.[31]

O passado é, portanto, trabalhado qualitativamente pelo sujeito, sobretudo se o seu tipo for "elaborativo", em oposição ao "retentivo" (Stern, como psicólogo da personalidade, não alija do seu discurso a velha linguagem caracteriológica). E, quantitativamente, também se notam diferenças: o passado pode ocupar quase todo o espaço mental do sujeito, como no caso dos velhos enfermos e aposentados; e pode, em situações opostas, ser desdenhado e esquecido, como a infância durante a adolescência, período em que o sujeito se acha situado antes no eixo presente-futuro que no eixo passado-presente.

Do ponto de vista metodológico, parece haver em Stern um modelo combinado de uma psicologia tradicional, de cunho personalista, e uma psicologia objetiva, que aceita o peso das interações do corpo com a sociedade. Admitindo as mutações da pessoa e, ao mesmo tempo, a sua "unidade constante", Stern concilia a suposição de que existe uma memória "pura", mantida no inconsciente, com a suposição de que as lembranças são refeitas pelos valores do presente, no que se aproxima de Halbwachs e de Bartlett. Em termos experimentais, essa dualidade de pressupostos torna muito complexa a resposta à pergunta: qual a forma predominante de memória de um dado indivíduo? O único modo correto de sabê-lo é levar o sujeito a fazer sua autobiografia. A narração da própria vida é o testemunho mais eloqüente dos modos que a pessoa tem de lembrar. É a *sua* memória.

NOTAS

(1) H. Bergson, ***Matière et mémoire***, in *Oeuvres*, p. 168.

(2) A primeira edição de ***Matière et mémoire*** saiu em 1896. Pelas notas e referências que traz, seu autor mostra-se bastante informado dos trabalhos que a escola psicofísica de Wundt já fizera sobre memória. A tradução francesa dos ***Elementos de psicologia fisiológica*** (1879) data de 1886. Na França, a psicologia científica ensaiava os primeiros passos com as pesquisas de Théodule Ribot (***Les maladies de la mémoire***, 1881) e Pierre Janet (***L'automatisme psychique***, 1889; ***Les accidents mentaux***, 1894; ***État mental des hystériques***, 1894). Outras fontes de que Bergson se serviu, declaradamente: ***Principles of psychology*** (1890), de William James, apontado como influência profunda pela afinidade de técnica introspectiva e pelo tema da "corrente da consciência"; pesquisas de teor neurológico sobre a amnésia, a apraxia, a afasia, a cegueira psíquica, a paramnésia, em cujo exame Bergson procura separar o aspecto cerebral do psicológico (Ribot, Ball, Winslow, Bernhein, Bernard...). Por esse balanço, verifica-se o cuidado com que Bergson se houve no rastreamento da bibliografia contemporânea sobre a memória.

(3) "Quando um raio de luz passa de um meio para outro, ele o atravessa geralmente mudando de direção. Mas, tais podem ser as densidades respectivas dos dois meios que, para um certo ângulo de incidência, não haja mais refração possível. Então se produz a reflexão total. A percepção se assemelha muito a esses fenômenos de reflexão que vêm de uma refração impedida; é como o efeito de miragem" (Bergson, *Oeuvres*, p. 187).

(4) Bergson, *Oeuvres*, p. 223.

(5) Idem, ibidem, p. 183.

(6) Idem, ibidem.

(7) Idem, ibidem, pp. 183-4.

(8) Idem, ibidem, p. 913.

(9) Idem, ibidem, p. 184.

(10) Idem, ibidem, p. 293.

(11) Idem, ibidem. Na conferência ***L'âme et le corps***, que proferiu em 1912, Bergson diz: "No homem a memória é menos prisioneira da ação, reconheço-o, mas adere a ela, ainda: nossas lembranças, em um momento dado, formam um todo solidário, uma pirâmide cujo cimo, incessantemente móvel, coincide com nosso presente e mergulha com este no futuro" (*Oeuvres*, p. 886).

(12) Idem, ibidem, p. 250.

(13) Idem, ibidem, p. 283.

(14) Idem, ibidem, p. 284.

(15) Idem, ibidem, p. 317.

(16) É. Durkheim, ***Les règles de la méthode sociologique***, p. 20.

(17) M. Halbwachs, ***Les cadres sociaux de la mémoire***, p. 16.

(18) Idem, ibidem, p. 52.

(19) Idem, ibidem, p. 68.

(20) Idem, ibidem, p. 114.

(21) Idem, ibidem, p. 116.

(22) Idem, ibidem, p. 118.

(23) Idem, ibidem, p. 139.

(24) Idem, ibidem, p. 141.
(25) Idem, ibidem, p. 142.
(26) F. C. Bartlett, *Remembering*.
(27) Apud F. C. Bartlett, p. 244.
(28) W. Stern, *Psicología general*.
(29) Idem, ibidem, p. 195.
(30) Idem, ibidem, p. 248.
(31) Idem, ibidem, p. 253.